

As religiões em questão

Pediram-me para fazer o editorial deste número de Fronteiras, que comemora os 60 anos da declaração *Nostra Aetate*. Não se trata de introduzir os temas presentes nos diversos textos que constituem este número da revista, mas, simplesmente, oferecer aos leitores algumas questões teológicas que emergiram nestes últimos anos, relacionadas com a temática mais geral das religiões.

Toda teologia enquanto reflexão sobre a fé cristã não pode prescindir do ser humano que a pensa e expressa, bem como do contexto histórico no qual ele se encontra. Deste modo, a proximidade inédita das diversas regiões do planeta, possibilitada seja pela rapidez dos transportes aéreos, seja pelo desenvolvimento surpreendente dos meios de comunicação social, acabou por situar as longínquas religiões de outrora bem próximas de nós. Estes fatores não só contribuíram decisivamente para a sociedade atual, marcada não só pelas diversas culturas nela presentes, mas igualmente pela inevitável e próxima convivência com tradições religiosas diferentes.

Vivemos um panorama bem diferente com relação ao passado do cristianismo. As religiões não cristãs não mais são consideradas, como outrora, uma ameaça ao cristianismo, e nem mesmo ao próprio mundo ocidental, que tinha na fé cristã um fator decisivo para sua unidade sociocultural e política. Daí a ambiguidade do período colonial, que unia num só objetivo a evangelização e o domínio político dos povos conquistados. No fundo, havia uma consciência de superioridade cultural e religiosa do Ocidente que alimentava tal atitude. E como as tradições religiosas não cristãs eram julgadas pelos missionários cristãos como falsas, o empenho pela evangelização se concentrou nas pessoas a serem salvas, desde que acolhessem a fé cristã e fossem devidamente batizadas. Deste modo, tradições religiosas milenares foram simplesmente ignoradas.

A situação atual é bem diferente. O cristianismo, enquanto representa a face histórica, cultural, social, expressiva e celebrativa da fé cristã, está

sujeito como tal às transformações e às evoluções próprias de qualquer realidade deste mundo. Como constitui a fé cristã professada e vivida por gerações sucessivas, também ele apresenta expressões, compreensões, celebrações e práticas que se sucedem ao longo do tempo, constituindo assim configurações históricas diversas da mesma fé. Naturalmente elas apresentam sempre uma fundamentação teológica que as justifica. Deste modo, a situação atual constitui um desafio à hodierna reflexão teológica, que deve conciliar a missão de evangelizar com a abertura ao diálogo interreligioso.

As religiões não constituem apenas produções humanas, já que apontam para um outro fator, que costumamos chamar de transcendente, como sua própria fonte, mesmo quando cultuam realidades deste mundo por nelas reconhecer entidades a serem veneradas. Afirmação muito importante, pois a própria existência de religiões já indica a falsidade da concepção de um mundo fechado em sua imanência. Reconhecemos a dificuldade de entendermos como o transcendente se relaciona com o histórico, ainda um desafio para a filosofia até nossos dias. Reconhecemos também que falamos deste transcendente com conceitos da nossa realidade finita, os quais devem ser imediatamente corrigidos por apontarem para uma realidade que os ultrapassa. Desse modo, o ser humano é alguém que vive continuamente às voltas com o mistério, já manifesto na impossibilidade de oferecer uma adequada justificação racional do próprio fundamento das ciências e, mais ainda, no dinamismo de sua inteligência e de sua liberdade para um horizonte inalcançável, infinito e misterioso, embora sempre presente em nossos conhecimentos finitos e em nossas opções livres.

Com outras palavras, a ação do que chamamos de Transcendente, embora presente em toda a realidade, só poderá ser percebida e conhecida pelo ser humano. Daí podermos afirmar que o Transcendente atua na história sempre por meio do ser humano, sempre que sua ação não se limite aos eventos da natureza, ação essa sempre a mesma, mesmo numa concepção evolucionista do mundo. Já a intervenção do Transcendente que resulte da liberdade, que não seja repetitiva, que traga algo novo, que manifeste de certo modo a si próprio, será necessariamente captada e expressa pelo ser humano capaz de captá-la e segui-la.

Entretanto, mesmo que reconheçamos uma única realidade transcendente, subjacente ao próprio panteão politeísta, a questão da diversidade plural das religiões ainda permanece sem resposta. À primeira vista, ao fato de um único Transcendente que se comunica ao ser humano deveria corresponder uma única percepção, um único culto, uma única doutrina, uma única práxis que, entretanto, são desmentidas pela história da humanidade. Uma luz começa a surgir se consideramos o ser humano não abstratamente, mas como é realmente: alguém sempre inserido num contexto histórico e sociocultural, com características próprias expressas em sua rica e complexa tradição, a qual lhe fornece linguagem, valores, padrões comportamentais, objetivos de existência e, também, representações do Transcendente, modalidades de culto, padrões éticos, instituições comunitárias que afinal configuram uma religião diversa das demais.

Com outras palavras, a diversidade plural das religiões resulta, embora nem sempre e não somente, da diversidade do próprio ser humano. Observação importante, agravada pela própria índole do ser humano de conceber e de criar novas religiões por discordar de doutrinas ou práticas de sua própria tradição religiosa, como a história da humanidade nos demonstra. Duas observações de W. Pannenberg devem ser aqui mencionadas. Primeiramente, as religiões devem responder aos desafios existenciais e assim é natural que religiões de contextos mais simples sejam absorvidas por outras que melhor respondem a questões mais complexas de cunho existencial ou social. Em seguida, este teólogo observa que a própria representação da divindade é condicionada pelos desafios históricos e pela proximidade com outras tradições religiosas. Desse modo, reconhece na noção de Javé uma representação sincretista do Deus de nossos pais, do Deus que libertou o povo da escravidão no Egito e do Deus dos cananeus, mais próprio de um povo que não era mais nômade, mas dependia do cultivo da terra para sobreviver. Deste modo, a representação de Javé ganhou maior universalidade. Observação importante que nos mostra que a atuação de Deus, embora a mesma em sua origem, será captada e expressa diversamente devido à situação existencial e ao contexto sociocultural do que a experimenta. Não se trata de uma ação vazia de certo conteúdo da parte de sua causa (caso

contrário não poderíamos falar propriamente de revelação), mas da realidade do próprio receptor com todos seus condicionamentos.

Daqui emerge o sentido profundo do diálogo interreligioso. Pois, devido ao contexto histórico limitado do receptor cristão, sempre haverá a possibilidade de que outras perspectivas de leitura possam detectar verdades implicadas na revelação cristã e não devidamente conscientes e expressas. Dito bem simplesmente: uma outra chave de leitura pode descobrir nos relatos bíblicos da ação divina certas características que não emergiram devidamente na própria reflexão teológica cristã. Pois as outras religiões não oferecem ao cristianismo apenas doutrinas e práticas religiosas, mas, nelas necessariamente embutido, também um horizonte de leitura que pode e deve também ser assumido pelo cristianismo. Não teria aqui o próprio cristianismo algo a aprender das religiões orientais, africanas ou indígenas? Não estaria assim a ação salvífica de Deus mais perfeitamente expressa e celebrada? Não devemos temer mudanças, pois, enquanto configuração da fé cristã ao longo da história, o cristianismo estará sempre se transformando, também pela atividade livre do Espírito Santo e pela vivência dos próprios cristãos (DV 8).

A inédita proximidade, o maior conhecimento mútuo e o testemunho de vida de seus membros, presentes e constatáveis nas demais religiões, constituem um desafio atual ao cristianismo. Pois ele confessa um único Deus revelado na pessoa de Jesus Cristo e uma única salvação. Como responder à interpelação e ao desafio das demais religiões? Como reconhecê-las como tais sem renunciar à convicção cristã sobre a verdade de Deus e de seu plano salvífico revelados em Jesus Cristo?

Aqui devemos reconhecer e corrigir um certo esquecimento da ação do Espírito Santo, sobretudo na tradição ocidental cristã. Pois é o Espírito Santo que consegue ultrapassar e, de certo modo, relativizar os condicionamentos próprios da condição humana. Se confessamos o amor universal de Deus por suas criaturas, então reconhecemos que ele chega a todas elas, não só por meio de um personagem histórico (Jesus Cristo), mas também por meio de uma ação universal que atinge todos os seres humanos de todas as regiões e de todos os tempos.

Pois é por meio da ação do Espírito Santo que o amor de Deus nos chega (Rm 5,5), antes mesmo da aceitação explícita da fé (At 10,47), como irá afirmar séculos mais tarde o Papa João Paulo II em sua Encíclica *A Missão do Redentor*: a ação do Espírito Santo atinge os adeptos de outras religiões (RH 6) e não só os indivíduos, mas os povos, as culturas e as religiões (RM 28). O Espírito Santo é, portanto, o fator universalizante da fé cristã, cuja verdade não é questionada, mas cuja ação ultrapassa seu próprio âmbito, como vem exposto no Concílio Vaticano II ao afirmar que o Espírito Santo oferece a todos os seres humanos a possibilidade de participarem da salvação de Deus (GS 22). O melhor conhecimento das demais tradições religiosas levou o cristianismo a descobrir concepções e práticas de vida muito semelhantes a algumas que encontramos nos evangelhos, as quais podem ser vistas como sequelas e rastros visíveis da ação do Espírito Santo.

A atuação do Espírito Santo significa, sem dúvida, um fator universalizante da fé cristã em sua particularidade. Por outro lado, sua mensagem ética reforça ainda mais esta sua característica universal. Pois o núcleo que define a vida cristã como tal é o amor ao próximo, que implica e está sempre unido ao amor a Deus (Mt 22,39s; Rm 13,8-10; 1Jo 4,20s). Este amor é fruto da ação do Espírito Santo (Gl 5,22), que atua em toda a humanidade e, portanto, em todas as religiões. Naturalmente este núcleo receberá matizes próprios dependendo do contexto religioso no qual se encontra, mas se caracteriza sempre pelo respeito e pelo amor ao ser humano, como nos ensinam as diversas religiões.

Não podemos também deixar de mencionar a importância das religiões num mundo voltado para si mesmo, dominado pelo fator econômico, pelo imperativo da produtividade e pelo fascínio do dinheiro e do prazer. Pois as religiões acreditam e se orientam por uma realidade transcendente, capaz de atuar como instância crítica e objetiva, desmascarando ideologias desumanas, sistemas políticos injustos, economias de exploração, guerras evitáveis, preconceitos raciais, indústrias bélicas altamente lucrativas. O maior entendimento, proximidade e colaboração entre as religiões, por representarem uma realidade de fora deste mundo, ganham um sentido muito importante em nossos dias como instância crítica na sociedade. Deste modo, a

convivência pacífica das diversas religiões pode levá-las ao mesmo objetivo de se empenharem pela paz e pela justiça neste nosso mundo tão agitado pelas divisões e guerras. Não é exatamente isso que buscava Jesus de Nazaré com sua pregação do Reino de Deus? Deste modo, trata-se de uma nova compreensão da atividade missionária da Igreja, fundamentada na consciência teológica atual.

Referências

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Redemptor hominis*. Vaticano, 4 de março de 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em 20 de julho de 2025.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Redemptoris Missio*: sobre a validade permanente do mandato missionário. Vaticano 7 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em 25 de maio de 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 12 de junho de 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em 27 de maio de 2025.

Mário de França Miranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) -Brasil

Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana (1974) e mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade de Innsbruck (1968). Atualmente é Professor associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Membro de corpo

editorial da Atualidade Teológica (PUCRJ), da REB - Revista Eclesiástica Brasileira, da Cuestiones Teológicas, da Revista Teología, da Stromata (Argentina), da Anales de Teologia (Chile) e da Teocomunicação (PUC-RS. Impresso). E-mail: mfranca@puc-rio.br